BANCOS PÚBLICOS

Mesmo diante da evidência de que as atividades econômicas distribuem-se de forma desigual no território, a análise da participação e da penetração dos bancos públicos federais no território nacional revela para a sociedade brasileira como o acesso aos produtos e serviços financeiros espelha, como outras tantas políticas públicas, a heterogeneidade do país. Reconhecidas as dificuldades decorrentes da geografia e também as diferentes dotações de recursos produtivos – que naturalmente atuam como fatores atrativos à atividade financeira –, cabe refletir o quanto a ação do Estado pode contribuir para diminuir tamanha desigualdade.

Ainda que não esteja pacificada a discussão sobre em que medida o desenvolvimento da indústria financeira pode contribuir para o crescimento de um país, a importância do acesso ao crédito para o desenvolvimento econômico e social é inquestionável. Nesse sentido, é oportuno destacar que o Brasil vem observando uma expansão vigorosa da relação crédito/PIB nos últimos dez anos, tendo o crédito se tornado um propulsor do financiamento ao investimento. Uma comparação com outros países revela, entretanto, que ainda há espaço para o mercado de crédito no país.

Em paralelo a isso, ressalte-se, o país assistiu a uma grande concentração dos ativos bancários em torno de um menor número de instituições. A indústria de produtos e serviços bancários se reconfigurou em uma estrutura em que a ameaça de novos entrantes é baixa diante da escala de operação dos atores existentes. Some-se a isso o baixo poder de barganha dos clientes e fornecedores.

Nesse cenário, os bancos públicos federais vêm se destacando como importantes elos do Sistema Financeiro Nacional no provimento de crédito à população. Desde o auge da crise, em setembro de 2008, o Banco do Brasil (BB), a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) têm sido importantes instrumentos do governo na inclusão bancária da população: crises econômicas são historicamente tempos de renovação, e o Estado brasileiro soube aproveitar a oportunidade e agiu no momento e na medida adequados.

Reconhecida esta fundamental atuação nos últimos anos, cabe reconhecer que o atendimento bancário à população, mesmo pelos bancos públicos federais, continua incipiente. Mesmo com a utilização dos correspondentes bancários, já também amplamente adotados pelas instituições financeiras privadas, é possível que as restrições de acesso a agências bancárias sejam uma das causas centrais do fato de o Brasil ainda possuir um baixo índice de cobertura da população em comparação a países industrializados.

O Brasil possui 6.875 agências de bancos públicos federais no território nacional, o que aponta um índice de cobertura de 51,1%, de modo que apenas pouco mais da metade dos municípios do país estão atendidos pelo Estado em produtos e serviços financeiros. Considerando que os bancos públicos federais são agentes diretos na execução de algumas políticas sociais e econômicas do país, essa realidade se revela ainda mais preocupante, pois representa o distanciamento de quase metade dos municípios do acesso direto a essas políticas.

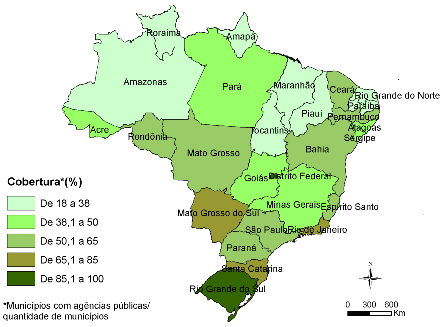
No caso do específico do BB, que atua de forma marcante no agronegócio nacional, como

Fonte: Dados do Banco Central do Brasil (Bacen)

MAPA 29

Cobertura de agências bancárias públicas – 2009

(Em %)



Fonte: Dados do Banco Central do Brasil (Bacen)

principal instituição de financiamento das exportações agrícolas, e ainda no financiamento de pequenas e médias empresas, a ausência de agências pode ter consideráveis impactos sobre a economia das localidades. A CEF, por sua vez, atende não somente os seus clientes bancários, sendo um importante braço do Estado para a execução de políticas sociais, como a assistência ao trabalhador formal, por meio do pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Programa de Integração Social (PIS) e seguro-desemprego, benefícios de p [illegible] F, por exemplo. A CEF é também a instituição centralizadora d [illegible] ciamento de habitação popular, saneamento público básico de e [illegible] as. Desde 2009, quando foi lançado o programa Minha Casa, Minha Vida, a a [illegible] habitação popular.

A [illegible] menor taxa de cobertura no país, com três estados que p [illegible] nicípios atendidos – Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba. No N [illegible] segunda cobertura mais baixa entre as regiões, observa-se uma concentração das agências nas capitais dos estados e em algumas cidades, com grande disparidade intrarregional. A comparação inter-regional da cobertura dos municípios, por sua vez, revela que no Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país, com índices bem maiores que os observados no Norte e no Nordeste, o acesso mais facilitado nas localidades aos bancos públicos federais pode funcionar como propulsor do maior desenvolvimento econômico e social observado nessas regiões.

Nesse sentido, a manutenção da configuração atual da distribuição de agências no território pode ser um mecanismo de manutenção de desigualdade. Reconhece-se que sem sistemas financeiros inclusivos há dificuldades para o crescimento, a redução da pobreza e a distribuição mais igualitária de recursos, de modo que o estabelecimento de sistemas inclusivos torna-se uma questão de política pública. Cabe aos gestores de políticas públicas articular ações com esse foco com outras estratégias de desenvolvimento, assegurando que seja plenamente aproveitado o potencial de crescimento sustentado das economias locais. Garantir a ampliação do acesso da população aos serviços bancários nos quase três mil municípios que não dispõem de agências e bancos públicos federais é um desafio para o Estado brasileiro.

TABELA 14

Distribuição dos municípios brasileiros com agências bancárias públicas federais por regiões e UFs – Brasil, abril de 2009

Região/ UF	População estimada 2009/IBGE	Quantidade de municípios (B)	Municípios com agências públicas (A)	Quantidade de agências por UF	Cobertura (A)/(B)*100	Quantidade de agências bancárias por 100 mil hab.
Norte	15.359.608	449	172	397	38,3	2,6
Rondonia	1.503.928	52	32	57	61,5	3,8
Acre	691.132	22	11	30	50	4,3
Amazonas	3.393.369	62	19	64	30,6	1,9
Roraima	421.499	15	5	10	33,3	2,4
Pará	7.431.020	143	69	156	48,3	2,1

MAPA 28

Presença de agências bancárias de bancos públicos por município - 2009

Amapá	626.609	16	6	19	37,5	3,0
Tocantins	1.292.051	139	30	61	21,6	4,7
Nordeste	53.591.197	1.793	713	1.480	39,4	2,8
Maranhão	6.367.138	217	70	139	32,3	2,2
Piauí	3.145.325	223	41	93	18,4	3,0
Ceará	8.547.809	184	95	214	51,6	2,5
Rio Grande do Norte	3.137.541	167	41	104	24,6	3,3
Paraíba	3.769.977	223	61	123	27,4	3,3
Pernambuco	8.810.256	185	120	246	64,9	2,8
Alagoas	3.156.108	102	42	91	41,2	2,9
Sergipe	2.019.679	75	33	76	44	3,8
Bahia	14.637.364	417	210	394	50,4	2,7
Sudeste	80.915.332	1.668	814	2.994	60,2	3,7
Minas Gerais	20.033.665	853	354	681	41,5	3,4
Espírito Santo	3.487.199	78	50	133	64,1	3,8
Rio de Janeiro	16.010.429	92	77	434	83,7	2,7
São Paulo	41.384.039	645	333	1.349	51,6	3,3
Sul	27.719.118	1.188	675	1.460	56,8	5,3
Paraná	10.686.247	399	214	422	53,6	3,9
Santa Catarina	6.118.74	293	210	512	71,7	8,4

	3					
Rio Grande do Sul	10.914.128	496	251	526	50,6	4,8
Centro-Oeste	13.895.375	466	233	544	66	3,9
Mato Grosso do Sul	2.360.498	78	54	98	69,2	4,2
Mato Grosso	3.001.692	141	74	126	52,5	4,2
Goiás	5.926.300	246	104	205	42,3	3,5
Distrito Federal	2.606.885	1	1	115	100	4,4
Brasil	**191.480.630**	**5.564**	**2.845**	**6.875**	**51,1**	**3,6**

Dados do Banco Central do Brasil (Bacen)

Se você quiser navegar interativamente neste mapa, viste o IpeaMapas em http://mapas.ipea.gov.br/i3geo/

Caso queira visualizar as tabelas referentes a este assunto clique em Downloads.